

31 DIAS DE GOVERNO BOLSONARO

perseguição ideológica, flexibilização na posse de armas,
ataque à educação e aos direitos humanos marcam o período

31 DIAS DE GOVERNO

BOLSONARO

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) completou 31 dias em 1º de fevereiro de 2019. Logo na posse, Bolsonaro confirma o tom da campanha de perseguição a opositores. Prometendo acabar com a “ideologia de gênero” e com a “submissão ideológica”, ele chega a ordenar a troca das cadeiras vermelhas do Palácio do Planalto. No dia 2 de janeiro, transfere da FUNAI para o Ministério da Agricultura a função de titulação de terras indígenas e quilombolas. Também é extinta a secretaria do MEC responsável pela promoção de ações pró-diversidade e limitada a Lei de Acesso à Informação, prejudicando o controle social e a transparência. Ao longo do mês, ainda, irrompem denúncias sobre a ligação da família Bolsonaro com milícias e sobre suspeitas de corrupção. Uma série de informações desencontradas também evidencia o desequilíbrio entre os próprios integrantes do governo, que acumulam recuos em diversas propostas. Nesta edição especial do Voz Docente, abordamos as principais medidas editadas pela gestão ultradireitista em curso no Brasil, entendendo que, contra a onda de desinformação e mentiras amplamente propagadas pelas fake news, a informação é uma ferramenta importante para a mobilização.

SUSPEITAS DE CORRUPÇÃO

ATAQUE A INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, LGTBs E MULHERES

ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANTI-AMBIENTALISMO

PERSEGUIÇÕES IDEOLÓGICAS

VOZ DOCENTE - publicação da ADUFPel-SSind
 REDAÇÃO: Gabriela Venzke e Liana Coll
 DIAGRAMAÇÃO: Liana Coll



1º DE JANEIRO

POSSE

Na posse, Jair Bolsonaro, faz referências a Deus, à família e à propriedade, reafirmando a posição ultraconservadora. Coloca como central o “combate à ideologia de gênero” e, ao final do discurso diz: “esta é a nossa bandeira, que jamais será vermelha, só será vermelha se for do nosso sangue derramado para a manter verde e amarela”, reiterando a perseguição a divergências ideológicas já praticada no período eleitoral. Jornalistas são confinados em sala sem banheiro e sem janelas por cerca de sete horas para poderem cobrir a posse.

PRIMEIRAS MEDIDAS

O salário mínimo é fixado em R\$998, oito reais a menos do que o valor aprovado no orçamento da União.

A estrutura ministerial é publicada, sendo composta de 20 homens, 2 mulheres e nenhum negro. Nove, destes, são réus ou investigados por corrupção.

É confirmada a extinção do Ministério do Trabalho.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fica vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e não mais ao Ministério da Justiça, e não caberá mais ao órgão a função de demarcar terras indígenas, o que passa a ser função do Ministério da Agricultura.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, declara que a partir da data “menino veste azul e menina veste rosa”.

Na medida de reestruturação do governo, há uma nova atribuição para a Secretaria do Governo, chefiada pelo general Carlos Alberto Santa Cruz: o monitoramento de ONGs, ferindo a independência dessas organizações.

2 DE JANEIRO

DITADURA

As políticas de reparação e de memória para vítimas da ditadura brasileira, de responsabilidade da Comissão de Anistia, passa da pasta da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A transferência pode enfraquecer ainda mais o trabalho de reparação a perseguidos, torturados e assassinados durante o regime.

3 DE JANEIRO

“DESPETIZAÇÃO”

São publicadas no Diário Oficial as primeiras exonerações da chamada “despetização”. A medida havia sido anunciada no dia anterior, pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM). Cerca de 300 servidores da pasta, com cargos comissionados ou em funções gratificadas, são desligados, com base em critérios ideológicos. Apesar de ser chamada de “despetização” pelo governo, entre os demitidos há servidores de 15 siglas. Poucos dias depois, o governo precisa recontratar alguns funcionários, devido à defasagem que a demissão em massa gerou na Casa Civil.

“PRIORIDADES”

Bolsonaro realiza a primeira mudança no Palácio do Planalto, ordenando a troca das cadeiras vermelhas por cadeiras azuis.

4 DE JANEIRO

LOGOTIPO

O governo lança, o novo logotipo e o slogan oficial do governo federal, que passa a ser “Pátria amada Brasil”. O slogan foi trazido de trecho do hino nacional e lembra o tom ufanista das propagandas do regime militar.

5 DE JANEIRO

“DEBATE” NAS REDES

Após Fernando Haddad (PT) compartilhar artigo sobre “anti-intelectualismo no Brasil”, Bolsonaro, no twitter, o chama de “fantoche de presidiário” e de “marmita”. Haddad responde perguntando se Bolsonaro finalmente está pronto para o debate, referindo-se ao fato de que o presidente não compareceu em nenhum dos debates com outros candidatos desde a metade da campanha do 1º turno.

ENEM

Também nas redes sociais, Jair Bolsonaro anuncia o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): Murilo Resende. Formado em Administração, Resende teve ligação com militância pelo Projeto Escola Sem Partido, que visa a censura dentro das salas de aula, sendo crítico ao que chama de “ideologia de gênero” e “doutrinação marxista”. Também é seguidor do astrólogo e escritor Olavo de Carvalho e foi membro do Movimento Brasil Livre (MBL).

8 DE JANEIRO

REDES SOCIAIS

Jair Bolsonaro assina decreto que transfere a administração de seus perfis pessoais em mídias sociais para a Secretaria de Comunicação (Secom) do governo. A decisão ocorreu devido ao comportamento de Bolsonaro que, ao invés de usar suas contas para anunciar medidas do governo, as utiliza para bloquear jornalistas, discutir com adversários e seguir perfis falsos.

ONU

O Ministério das Relações Exteriores emite decreto que retira Brasil do Pacto Global para Migração da Organização das Nações Unidas (ONU). Na época da assinatura, em dezembro de 2018, o Pacto teve a adesão do Brasil e mais de 163 países, e foi realizado com o objetivo de reforçar uma cooperação internacional “para uma migração segura, ordenada e regular”. O acordo, abandonado, é considerado um marco por levar em consideração aspectos humanitários, de desenvolvimento e direitos humanos.

AS NOTAS DE LORENZONI

O Jornal Zero Hora divulga a informação de que o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM) teria usado 80 notas fiscais emitidas em sequência pela RS Consultoria Sociedade Simples. Cerca de 30 notas foram emitidas em série, indicando que o então deputado federal era o único cliente da empresa, a qual se encontra inapta na Receita Federal por esconder valores. A empresa, ainda, é de um amigo pessoal de Lorenzoni, e o ministro é réu confesso por ter recebido cerca de R\$100 mil em caixa dois da empresa JBS em 2014.

9 DE JANEIRO

MULTA PERDOADA

A multa ambiental no valor de R\$ 10 mil, aplicada ao presidente Jair Bolsonaro por pesca irregular em Angra dos Reis em 2012, é anulada a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). Mesmo cometendo a irregularidade, Bolsonaro foi perdoado e teve seu nome retirado do cadastro de pessoas físicas e jurídicas com dívida ativa na União.

BANCO DO BRASIL

O filho do vice-presidente Mourão, Antônio Hamilton Rossell Mourão, é nomeado para assessor do presidente no Banco do Brasil. Com a promoção, ele tem o salário triplicado, passando a receber R\$36 mil.

10 DE JANEIRO

AMIGOS TÊM PRIORIDADE

Mesmo sem a qualificação necessária, Carlos Victor Nagem é indicado ao cargo de gerente executivo da Petrobrás. Chamado de “amigo particular” pelo presidente, Nagem, que é funcionário da estatal há onze anos, teve o apoio de Jair Bolsonaro em diversas candidaturas fracassadas. Ao ser criticado, Bolsonaro escreveu no Twitter: “Peço desculpas à grande parte da imprensa por não estar indicando inimigos para postos em meu governo!”.

12 DE JANEIRO

PRESENTE

Preso em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, o escritor e ativista italiano Cesare Battisti é entregue em menos de 24 horas depois pelo presidente Evo Morales ao líder de extrema-direita do governo italiano, Matteo Salvini. A ação foi vista como um “presente” ao presidente brasileiro que, logo após, parabenizou no Twitter os responsáveis pela captura e afirmou que “finalmente a justiça será feita”.

14 DE JANEIRO

MILITARES

Bolsonaro comunica em sua conta no Twitter que a liderança do governo na Câmara será exercida pelo major Vitor Hugo (PSL/Goiás). A presença de militares no governo é considerada a maior desde a redemocratização. Se considerar a composição do primeiro escalão, o presidente tem mais ministros com formação militar do que o governo ditatorial de Castelo Branco (1964-1967), por exemplo.

TRUMP

O presidente estadunidense, Donald Trump, elogia Bolsonaro no Twitter após a notícia de que os Estados Unidos estavam novamente exportando carne para o Brasil. “Dizem que ele é o Donald Trump da América do Sul. Acreditam? Estou contente com isto! Se não estivesse, não gostaria tanto daquele país”, declarou o presidente em um discurso na convenção da maior organização agropecuária dos EUA. A admiração entre os dois é mútua. Bolsonaro, em outras ocasiões já afirmou ter apreço por Trump e demonstrou alinhamento com as ideias do republicano, como a contrariedade às fronteiras abertas e o afrouxamento das regras para posse e porte de armas.

15 DE JANEIRO

ARMAS I

No país com o maior índice de mortes por armas de fogo do mundo, segundo dados da Global Burden Disease, órgão da Organização Mundial da Saúde, o presidente Jair Bolsonaro expede decreto que facilita a posse de armas no Brasil. A medida altera o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, que até então limitava o acesso a armamentos. A partir de agora, o cidadão poderá possuir até quatro armas de fogo em sua residência ou estabelecimento comercial, medida que pode aumentar o número de feminicídios, suicídios e acidentes domésticos e crimes de ódio, por exemplo. Brasil, Estados Unidos, México, Colômbia, Venezuela e Guatemala, juntos, correspondem à metade das mortes por arma de fogo de todo mundo, com um total de 126.990 mortes.

16 DE JANEIRO

BRASIL E ARGENTINA

Bolsonaro e o presidente da Argentina, Mauricio Macri, se encontram. Os dois presidentes, representantes da direita, discutem o futuro do Mercosul, concordando que o bloco deve ter menor papel político. Além disso, convergem na intenção de permitir os acordos bilaterais, o que pode enfraquecer o bloco. Outro ponto acordado é a revisão da tarifa externa comum. Os presidentes também assinam um acordo de extradição mais simplificado. Bolsonaro dá declaração afirmando que há “uma convergência de valores” entre ambos. As medidas econômicas de Macri, defendidas pela equipe de Bolsonaro, levaram a Argentina a uma forte crise econômica, com desemprego, inflação e protestos generalizados.

17 DE JANEIRO

CASO QUEIROZ

A investigação sobre o caso Fabrício Queiroz, ex-assessor e ex-motorista de Flávio Bolsonaro (PSL), é suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Fux. A suspensão é provisória, até que o ministro responsável pela relatoria do caso, Marco Aurélio, retorne do recesso. Queiroz é investigado por movimentações atípicas em sua conta. De acordo com relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), foram movimentados R\$1,2 milhão.

18 DE JANEIRO

FLAVIO BOLSONARO SOB SUSPEITA

Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, também é citado no relatório do Coaf. De acordo com as investigações, houve quase 50 depósitos, no intervalo de cinco dias, na conta do senador eleito. Cada depósito foi de R\$2 mil, totalizando R\$96 mil.

ARMAS II

A Polícia Federal emite um memorando a delegadas e delegados com orientações sobre o decreto que afrouxou as regras para a posse de armas. No documento, demonstra preocupação com o aumento de armas na sociedade. “Deverá haver uma análise aprofundada [...] haja vista as nefastas consequências que um aumento exagerado do número de armas em poder dos cidadãos pode acarretar à incolumidade pública”, pontua o órgão.

21 DE JANEIRO

DAVOS

Jair Bolsonaro faz a primeira viagem internacional enquanto presidente, desembarcando em Davos, Suíça, para o Fórum Econômico Mundial. Na chegada, dá uma rápida entrevista afirmando que irá trabalhar para fechar negócios “sem viés ideológico”, dando especial atenção ao agronegócio.

ARMAS III

O General Mourão, vice-presidente, assume a presidência enquanto Bolsonaro está em Davos. Em entrevista, ele explica que o decreto que afrouxou as regras para posse de armas não tem como objetivo reduzir a violência. Ele também defendeu o direito de porte, que dá direito às pessoas carregarem as armas consigo, diferente da posse, que permite as armas em casa ou estabelecimento comercial.

22 DE JANEIRO

PRIMEIRO DISCURSO INTERNACIONAL

O presidente Jair Bolsonaro faz seu primeiro discurso internacional, em Davos, Suíça. Bolsonaro tinha um espaço de 45 minutos para pronunciar-se, mas utiliza apenas seis. Na fala, afirma que o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente. Também afirma se comprometer com privatizações e com o combate à corrupção. Em relação às suspeitas sobre o filho, Flávio Bolsonaro, Jair diz em entrevista que “não é justo atingir um garoto [...] para tentar me atingir”. Flávio tem 36 anos. A entrevista coletiva com o presidente em Davos, marcada para o dia posterior, é desmarcada em cima da hora.

22 DE JANEIRO

SANÇÕES

A Arábia Saudita anuncia a suspensão das importações de carne de frango do Brasil de cinco frigoríficos. O país árabe é o maior importador desse produto do Brasil. A decisão pode ter ligação com a intenção do governo brasileiro de transferir a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, já que os países árabes haviam falado em retaliação caso a embaixada fosse mudada.

MARIELLE

São reveladas informações sobre o caso da execução da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (Psol). É suspeito de ter executado o crime a milícia Escritório do Crime. Uma das lideranças da organização é Adriano Magalhães, que tinha a mãe e a irmã empregadas no gabinete de Flávio Bolsonaro. Magalhães também foi homenageado duas vezes por Flávio, uma das vezes com a Medalha Tiradentes, além de ter sido chamado de “brilhante oficial” por Jair Bolsonaro. Flávio, que em 2007 defendeu as milícias, anos depois foi o único vereador a se opor à concessão da Medalha à Marielle.

23 DE JANEIRO

METAS

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, divulga 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias do governo federal sob comando de Jair Bolsonaro. Entre elas estão: pagamento da 13ª parcela do Bolsa Família; extinção de cargos comissionados, recomposição do efetivo da Lava Jato; diminuição das multas ambientais; regulamentação do ensino domiciliar; mudança no passaporte, que deixará de estampar o símbolo do Mercosul e terá o brasão do país e aceleração nas privatizações.

24 DE JANEIRO

DOCUMENTOS PÚBLICOS

Um decreto publicado pelo governo federal muda a Lei de Acesso à Informação. Agora, há mais facilidade para classificar documentos públicos como ultrassecretos. Com o decreto, há prejuízos para a transparência e o controle social das informações. Na prática, a medida dificulta tanto pesquisas como o jornalismo investigativo. Além disso, por ampliar o sigilo, pode encobrir crimes como a corrupção.

No mesmo dia, o Banco Central propõe que o Coaf deixe de fazer monitoramento especial sobre parentes de autoridades.

AMEAÇA POLÍTICA

O deputado do Psol, Jean Wyllys, anuncia a desistência do mandato. Segundo afirma, a renúncia está ligada às ameaças que vem sofrendo. O parlamentar também justifica a decisão pela profusão de fake news e pela escalada de ódio, especialmente após a eleição do presidente Jair Bolsonaro que, enquanto deputado, protagonizou diversos episódios de insulto a Wyllys. “Aumentou a situação de violência, de seguidores do atual presidente [Jair Bolsonaro] que fazem todo tipo de xingamento e ameaças nas redes sociais. Isso criou uma situação cada vez mais difícil”, disse, em entrevista à Folha de São Paulo.

ENEM

O novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nomeado por Bolsonaro, toma posse. No discurso, diz que pretende olhar a prova do Enem antes da aplicação, o que pode ferir o sigilo da prova. A medida é justificada por Teixeira pela necessidade de revisar “questões ideológicas” no exame. Ele também defendeu os valores da pátria e da família. A cerimônia de posse, ainda, ficou marcada pelos elogios do Ministro da Educação, Ricardo Vélez, à ditadura militar.

ESCOLHA DE REITORES

A eleição para reitores de Instituições Federais de Ensino foi modificada nos últimos dias do governo de Michel Temer, através de uma nota técnica que desvincula o resultado da consulta à comunidade universitária da elaboração da lista tríplice e elimina a possibilidade do candidato derrotado na votação retirar o seu nome da lista tríplice após esse resultado. No dia 24 de janeiro, a Folha de São Paulo divulga a informação de que Bolsonaro nomeará o candidato derrotado nas eleições para a reitoria da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O ANDES-SN divulga uma nota repudiando a ação. “Somos contrários a qualquer tentativa de desrespeitar as decisões da comunidade acadêmica. Cumpre assinalar que tal tentativa é parte de um conjunto de ataques contra as liberdades democráticas”, afirma a direção do Sindicato Nacional.

25 DE JANEIRO

BRUMADINHO

A barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho (MG), se rompe, causando dezenas de mortes e grande danos ambientais. O vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, diz que o fato não pode ser colocado na conta do governo, pois a Vale é uma empresa privada.

BRUMADINHO II

Em entrevistas e em pronunciamento sobre o crime causado pela Vale, o presidente Jair Bolsonaro afirma que o governo “não tem nada a ver” com a questão. Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro havia dito que pretendia facilitar os licenciamentos para este tipo de empreendimentos e acabar com a “indústria das multas ambientais”. Além disso, nomeou como ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (Novo), condenado em primeira instância por improbidade administrativa quando chefiava a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, no governo Alckmin (PSDB). A condenação deu-se pelo favorecimento de empresas mineradoras em processos que, segundo os promotores responsáveis pela ação, trouxeram “gravíssimas consequências” ambientais e também por perseguição a funcionários. O Ministério Público de SP, no dia 23, pediu a saída imediata de Salles do Ministério do Meio Ambiente, já que a condenação implica em suspensão de direitos políticos.

28 DE JANEIRO

“ELITE INTELECTUAL”

Na contramão da luta pela ampliação do acesso às universidades, o Ministro da Educação, Ricardo Vélez afirma, ao jornal Valor Econômico, que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual” e que “a ideia de universidade para todos não existe”. Ele também defendeu a diminuição do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa destinado a estudantes com baixa renda que estudam em universidades privadas.

29 DE JANEIRO

CENSURA

O programa “Sem Censura” da TV Brasil, emissora pública, é cortado da programação devido a uma intervenção do governo de Jair Bolsonaro na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Outro programa suspenso foi o Repórter Brasil Maranhão, programa jornalístico que era veiculado no estado.

VALE

O rompimento da barragem de Brumadinho alcança o número de 110 mortes e 238 pessoas ainda desaparecidas. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirma que o governo não irá realizar qualquer tipo de interferência na empresa, pois “não seria uma boa sinalização para o mercado”.

30 DE JANEIRO

PREVIDÊNCIA

A reforma da previdência, segundo o Secretário da Previdência do governo, Rogério Marinho, deverá atingir todos os setores da sociedade. O projeto deverá ser o primeiro que o governo irá enviar ao Congresso. Paulo Guedes, ministro da Economia, defendeu o regime de capitalização, que é uma espécie de poupança em que cada trabalhador fica responsável por recolher uma parte do salário e administrar. Para quem não conseguir poupar, o governo dará uma renda mínima, que será abaixo do salário-mínimo. No Chile, após a adoção desse sistema de previdência, 91% dos aposentados recebem menos que o salário-mínimo e houve aumento no número de suicídios entre idosos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ainda no dia 30, é publicada a nomeação da coordenadora-geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), Maria Eduarda Manso Mostaço. A nomeação causa estranheza entre servidores do MEC, já que Mostaço nunca atuou em sala de aula, tampouco possui conhecimento técnico na área de formação docente. Ela possui graduação em Direito, com trabalho de conclusão de curso em que defende o ensino domiciliar frente “ao declínio da educação escolar no Brasil”.

31 DE JANEIRO

ADOÇÃO IRREGULAR

A Época divulga notícia afirmando que a suposta filha adotiva da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, teria sido levada sem permissão dos parentes da aldeia indígena na qual vivia. A reportagem também aponta que nunca houve adoção formal da menina, que foi levada aos seis e hoje tem 20 anos. A FUNAI já investigou a ONG comandada pela ministra, em 2015, por atitude discriminatória contra a comunidade indígena.

“MESTRADO BÍBLICO”

Um vídeo em que Damares Alves afirma ter mestrado em Educação e em Direito Constitucional e da Família é recordado pela imprensa nacional. Segundo a apuração da Folha de São Paulo, a ministra não possui nenhuma pós-graduação e, quando questionada, afirmou que “é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico”.

INVESTIGAÇÃO

Na volta do recesso, o Ministro Maurco Aurélio, do STF, nega o pedido do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) para suspender as investigações sobre as movimentações financeiras atípicas realizadas por ele e por seu ex-assessor, Fabrício Queiroz, levantadas pelo Coaf. O ministro, na decisão, ressalta que o foro privilegiado não é válido para crimes cometidos em período anterior à posse do mandato. Marco Aurélio também negou sigilo ao caso. As investigações, agora, serão retomadas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.